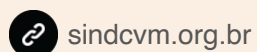
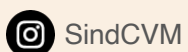
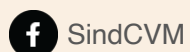


sindcvm

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CVM

SindCVM Informa

Edição 100
17 de abril de 2025



NO PARLAMENTO

Em reunião com presidente da CASP, lideranças das carreiras de Estado apresentam demandas da classe

O presidente do SindCVM, Oswaldo Molarino Filho, e outros dirigentes do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) se reuniram com o presidente da Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) da Câmara, deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA), no último dia 9 de abril. Na agenda, uma série de temas de interesse do funcionalismo.

As lideranças colocaram o Fonacate se dispuseram a contribuir nos debates de matérias em pauta, haja vista o conhecimento técnico acerca das diferentes áreas do serviço público, evidenciado pelo grande estoque de estudos produzido ao longo dos últimos anos.

Na oportunidade, os representantes do Fórum ainda manifestaram preocupação diante de uma possível retomada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa, tema que voltou a ganhar destaque com declarações do novo presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos/PB). O Fonacate sugeriu a realização de audiências públicas para aprofundar o debate sobre pontos específicos do setor público.

O deputado demonstrou interesse pela manutenção dos diálogos, agradeceu a visita dos representantes do Fórum e colocou a CASP à disposição na manutenção da defesa dos direitos dos servidores públicos.

REAJUSTE

Fonacate requer do MGI atuação no Legislativo por aprovação célere do PL 1.466/2025

No último dia 3 de abril, o Fonacate encaminhou ofício ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) no qual solicita o reforço da atuação junto ao Congresso Nacional, “no sentido de garantir a efetivação do acordo construído coletivamente entre o Governo e as entidades representativas”.

No documento, os signatários se mostram apreensivos com a demora na aprovação da proposição legislativa acerca do tema. Ocorre que, diante do impasse sobre o rito de tramitação de Medidas Provisórias (MP) no Parlamento, o Executivo encaminhou, no início do mês, o Projeto de Lei (PL)

1.466/2025. A matéria chega para substituir a MP 1.286/2024, que dispõe sobre o reajuste remuneratório e outros termos firmados entre as representações de classe, a exemplo do SindCVM, e o MGI nas mesas específicas.

O PL 1.466/2025 tramitará em regime de Urgência Constitucional e a expectativa é de que seja analisado antes da MP 1.286/2024 perder a eficácia. Em nota emitida no dia 11 de abril, o MGI confirmou a implementação da recomposição remuneratória dos servidores federais para o próximo dia 2 de maio.

As entidades do Fonacate se mobilizarão, já nas próximas semanas, no âmbito do Legislativo para garantir a maior celeridade possível na aprovação do novo PL.

Clique [aqui](#) para conferir o ofício enviado ao MGI na íntegra.



DIÁLOGO

Agenda previdenciária é destaque em assembleia do Fórum

O presidente do SindCVM, Oswaldo Molarino Filho, e outros representantes de entidades que integram o Fonacate se reuniram, em assembleia geral, no dia 8 de abril. O encontro teve como foco a discussão de temas relevantes do serviço público, com destaque para questões previdenciárias.

Um dos principais assuntos debatidos foi o andamento das ações judiciais no Supremo Tribunal Federal (STF) relacionadas à Emenda Constitucional nº 103/2019, que trata da Reforma da Previdência.

Presente na assembleia, a advogada Thais Riedel destacou que o ministro Edson Fachin tem adotado uma postura crítica em relação à reforma, considerando inconstitucionais trechos que violam os princípios da capacidade contributiva e da vedação ao confisco. “Cabe destacar que o processo poderá retornar à pauta de julgamento do STF a qualquer momento, razão pela qual seguimos acompanhando seu andamento com atenção”, ressaltou Riedel.

Outro ponto de destaque foi a possível reabertura do prazo para migração ao Regime de Previdência Complementar (RPC). As entidades do Fórum avaliarão em suas bases o interesse na migração ao RPC em uma eventual reabertura do prazo.

Também foi abordada a revogação do Decreto nº 10.620/21, que transferiu para o INSS a gestão das aposentadorias e pensões de servidores de diferentes instituições públicas. Na ocasião, o presidente do SindCVM defendeu a importância do retorno da gestão de aposentadorias e pensões para os órgãos de origem. Oswaldo Molarino Filho ainda chamou a atenção para a necessidade de criação da Unidade Gestora dos aposentados e pensionistas, conforme previsto no artigo 40 da Constituição Federal.

Ainda no âmbito previdenciário, as entidades intensificarão a mobilização conjunta na Câmara dos Deputados em prol da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024, que trata da extinção gradual da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas da esfera pública.



SERVIR BRASIL

Representações do funcionalismo discutem estratégias em defesa do setor público

Ainda na capital federal, o SindCVM debateu, no dia 10 de abril, o alinhamento de estratégias de atuação em prol de pautas prioritárias do funcionalismo público com outras representações que integram o Instituto Servir Brasil. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, popularmente chamada de reforma administrativa, esteve entre os principais temas discutidos.

Na oportunidade, os representantes de diversas categorias reafirmaram a importância da manutenção de canais de diálogo nos diferentes poderes – especialmente junto ao Congresso Nacional com o apoio dos deputados e senadores que integram a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público – e de um enfrentamento articulado.

O entendimento das lideranças é que as transformações tecnológicas e a crescente demanda social requerem o constante aprimoramento do setor, porém a PEC 32/2020, que voltou a ganhar repercussão, não traz as respostas necessárias. Na contramão do aperfeiçoamento da Administração Pública, a matéria fragiliza as instituições do Estado e as prerrogativas dos servidores. Portanto, a Frente mantém a vigilância diante de uma possível volta da PEC 32/2020.

O trabalho em defesa do serviço público continua. O próximo encontro, para o avanço na construção de estratégias, está marcado para o dia 8 de maio,

também na capital federal.

Copyright © 2024 SindCVM.

Você pode [cancelar sua inscrição](#) .

